



Após pressão, Temer vai aprovar texto da Câmara para terceirização

Presidente recua da ideia de unir projeto aprovado por deputados com o debatido por senadores

Proposta é que os pontos mais relevantes discutidos pelo Senado entrem no relatório da reforma trabalhista

DE BRASÍLIA

Sob pressão da base aliada no Congresso e do setor empresarial, o presidente Michel Temer desistiu de apoiar a aprovação de um projeto mais brando no Senado para regulamentar a terceirização. No final de semana, o pe-

medebista foi convencido a sancionar com vetos parciais a proposta aprovada na semana passada pela Câmara e criticada até mesmo por integrantes do governo.

Inicialmente, a ideia do presidente era fazer uma espécie de fusão entre as duas propostas, substituindo pontos considerados polêmicos no texto da Câmara por trechos mais brandos da analisada pelo Senado desde 2015.

Com a insatisfação de deputados governistas, para os quais a alternativa seria uma espécie de "desprestígio pú-

blico" à Câmara, o presidente recuou e costurou um acordo com sua base.

A proposta é que os pontos mais relevantes do texto sobre terceirização do Senado, como salvaguardas aos trabalhadores, sejam incluídos no relatório da reforma trabalhista, preparado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN).

A inclusão tem sido negociada entre o relator e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que se reunirão nesta terça-feira (28) para discutir o tema.

Para auxiliares presidenciais,

a junção pode acelerar a tramitação da reforma trabalhista no Congresso, que será tratada como a próxima bandeira política do governo.

Na semana passada, a sanção do texto da Câmara foi defendida por empresários que jantaram com o presidente.

Em conversas reservadas, Temer demonstrava preocupação, pois a sanção do texto poderia causar um "desgaste público" da sua imagem.

O projeto que a Câmara aprovou na quarta-feira (22) e enviou à sanção de Temer começou a ser votado em 1998 e traz apenas três salvaguardas genéricas aos trabalhadores terceirizados.

Diz que esses funcionários não poderão fazer serviços di-

ferentes daqueles para os quais foram contratados, que terão as mesmas condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados da empresa contratante e que estarão abrangidos nas regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) sobre fiscalização.

O que o Senado ainda irá votar tem ao menos 50 itens de proteção aos empregados.

Entre outros, restrições para evitar que as empresas demitam os funcionários e os recontraem na sequência como terceirizados e a obrigatoriedade de a empresa contratante fiscalizar se a terceirizada cumpre suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. (GUSTAVO URIBE, MARINA DIAS E DÉBORA ÁLVARES)

Centrais marcam nova paralisação para 28 de abril

DE SÃO PAULO

As centrais sindicais pretendem fazer uma paralisação geral no dia 28 de abril em protesto contra a reforma da Previdência, mudanças na legislação trabalhista e o projeto de terceirização aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada.

A decisão foi anunciada nesta segunda-feira (27) após reunião entre a UGT, a CTB, a CSB, a Nova Central, a Força Sindical, a CUT, a Intersindical, a CSP-Conlutas e a CGTB.

"Trata-se do desmonte da Previdência pública e da retirada dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Por isso, conclamamos todos, neste dia, a demonstrarem o seu descontentamento", dizem as centrais, em nota conjunta.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 28/03/2017

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 28/03/2017

Planalto quer dar seis meses para Estados mudarem previdência

Por temor de impasse jurídico, governo elabora alternativa à retirada de servidores estaduais e municipais da reforma

O governo quer estabelecer prazo de seis meses para que Estados e municípios elaborem suas próprias regras para a previdência de servidores. Após esse tempo, os funcionários públicos estaduais e municipais estariam sujeitos às normas federais que serão definidas pelo Congresso.

A solução do presidente Michel Temer foi elaborada após reação negativa ao anúncio de que os servidores ficariam de fora da reforma previdenciária. Havia também a avaliação de que poderia existir impasse jurídico na retirada dos funcionários da proposta do Planalto.

O prazo de 180 dias para a implementação das reformas nos Estados e municípios seria contado a partir do momento em que o Congresso promulgasse o projeto, principal bandeira de Temer.

"Juridicamente essa é a solução viável", disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. "Fica a critério do Estado adotar ou não um regime diferente do da União."

A proposta resolveria o problema de categorias que não podem ter regras diferenciadas entre Estados ou municípios e a União, como servidores do Ministério Público e do Judiciário. Mercado A15

Servidores acatam decisão do TJ e voltam ao trabalho

O Sindicato dos Servidores Públicos de Santos (Sindserv) decidiu, em assembleia realizada na noite de ontem, acatar a intimação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que determinou que os servidores retornem ao trabalho, integralmente, em creches municipais, serviços de atendimento urgente à saúde da população e de outros que coloquem em risco esse mesmo direito, além de, no mínimo, 80% dos funcionários nas áreas da saúde, educação e assistência social. No entanto, o sindicato já entrou com um recurso para reverter a decisão. "Nós deliberamos entrar com recurso contra a decisão judicial, e vamos a partir desta decisão judicial, reorganizar os servidores na greve. A greve continua, mas a partir dos parâmetros da decisão judicial até que haja um posicionamento da Justiça ao nosso recurso", explicou Cássio Canhoto, diretor do sindicato. A reunião foi realizada na Associação Atlética Portuários, no bairro do Marapé. Canhoto criticou a decisão do Tribunal de Justiça, que acatou o pedido da Administração Municipal.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/03/2017

Ogmo retoma escala paritária de estivadores avulsos e vinculados

Com base em decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), o Órgão Gestor de Mão de obra (Ogmo) voltou a escalar, às 13 horas de ontem, metade de estivadores avulsos e outra metade de vinculados nos terminais de contêineres do Porto de Santos. Desde junho de 2016, as empresas Brasil Terminal Portuário (BTP), Ecoporto, Libra e Santos Brasil trabalhavam com 66% de estivadores vinculados e 34% de avulsos, o que levou o sindicato da categoria a fazer greve e protestos. Agora, a greve de julho de 2016 foi julgada, no dia 15 deste mês, quando oito desembargadores do TRT decidiram que a paridade deve ser aplicada. O sindicato patronal dos operadores (Sopesp) já reconheceu a medida e diz que recorrerá.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/03/2017

Sopesp acata decisão e diz que vai recorrer ao TST

Em nota à imprensa, o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) diz que a medida vai trazer prejuízo para os terminais portuários, mas que acata a decisão e que vai recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). As empresas que compõem a Câmara de Contêineres do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) - BTP, Ecoporto, Libra e Santos Brasil - tomaram conhecimento do Acórdão emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT SP), na data de ontem, definindo a aplicação da lei 12.815/2013, entendendo que ela remete à paridade na utilização do trabalho de estiva, entre avulsos e vinculados. Desta forma, as empresas da Câmara de Contêineres informam que sempre respeitaram as decisões judiciais, e assim continuarão procedendo, uma vez que, decisão judicial é para ser cumprida. Portanto, mesmo com os prejuízos que serão gerados para os terminais e para a competitividade do comércio exterior brasileiro, suas operações serão realizadas com o trabalho de estiva na forma mista, com a paridade de um terço atendido a bordo por trabalhadores avulsos e outro por trabalhadores com vínculo empregatício, enquanto esta decisão judicial estiver vigente.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/03/2017

Professores do Estado param hoje

Professores da rede estadual do ensino iniciam hoje uma greve que pode paralisar as atividades de 160 escolas nas 11 cidades abrangidas pelas subsedes da Baixada Santista e do Litoral Sul do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). A categoria pede 22,03% de reajuste, além de se posicionar contra as reformas da Previdência e do Ensino Médio. A paralisação foi definida em assembleia geral no último dia 15, quando os professores decidiram cruzar os braços de hoje a quinta-feira para chamar a atenção do Estado às reivindicações. A última greve da categoria durou 92 dias, entre 13 de março e 12 de junho de 2015.

Fonte: Jornal A Tribuna – 28/03/2017

Greve também chega a Cubatão

Cerca de 4 mil servidores municipais de Cubatão entram em greve hoje por 72 horas, em protesto e advertência contra a aprovação pela Câmara de projetos de lei do prefeito Ademário da Silva (PSDB) propondo corte de gastos na folha e reforma administrativa que corta direitos de incorporações. O movimento tem o apoio de mais de 2 mil aposentados e pensionistas, preocupados com mudanças na legislação previdenciária municipal, embora negadas pela Administração. Os projetos foram pautados para a sessão da Câmara hoje, às 16 horas, ignorando apelos dos sindicatos dos Servidores e dos Professores Municipais, que queiram a retirada de pauta para uma ampla discussão na categoria. Cerca de 1.900 professores também reclamam a falta de pagamento de férias. Os organizadores do movimento programam protesto durante a sessão. A decisão da greve foi aprovada na semana retrasada e segue princípios da legislação, que obriga à prévia comunicação.

Fonte: Jornal A Tribuna – 28/03/2017